

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

<b>Código da Oferta:</b>	OE201810/0742
<b>Tipo Oferta:</b>	Procedimento Concursal de Regularização
<b>Estado:</b>	Expirada
<b>Nível Orgânico:</b>	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Orgão / Serviço:</b>	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.
<b>Vínculo:</b>	CTFP por tempo indeterminado
<b>Regime:</b>	Carreiras Não Revistas
<b>Carreira:</b>	Especialista de Informática
<b>Categoria:</b>	Especialista Informática Grau 1 Nível 1
<b>Grau de Complexidade:</b>	0
<b>Remuneração:</b>	A de Especialista de Informática do grau 1, nível 1, escalão 1 índice 420.
<b>Suplemento Mensal:</b>	0.00 EUR
<b>Caracterização do Posto de Trabalho:</b>	O procedimento concursal destina-se à ocupação de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal para 2018 do IFAP, I.P., na Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados, do Departamento de Sistemas de Informação, para o desempenho de funções de: Planeamento, análise, desenvolvimento, testes, apoio a produção e elaboração de documentação técnica;

### Requisitos de Admissão

<b>Relação Jurídica:</b>	Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário
<b>Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:</b>	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
<b>Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:</b>	DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro
<b>Habilitação Literária:</b>	Bacharelato
<b>Descrição da Habilitação Literária:</b>	Estar habilitado com curso superior no domínio da informática que não confira o grau de licenciatura

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Tecnologias	Sistemas e Informática / Multimédia / Telecomunicações	Sistemas Informáticos

### Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	1	Rua Castilho, n.º 45 - 51		1250068 LISBOA	Lisboa	Lisboa

**Total Postos de Trabalho:** 1

---

#### Nº de Vagas/ Alterações

---

---

#### Formação Profissional

---

**Outros Requisitos:** . Pode ser opositor ao presente procedimento concursal quem se encontre na situação referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e que exerça ou tenha exercido as funções correspondentes ao posto de trabalho reconhecido pela Comissão Bipartida das áreas da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e do Mar (CAB MAFDR-MM) e homologado pelos membros do Governo competentes.

---

#### Formalização das Candidaturas

---

**Envio de Candidaturas para:** e-mail ifap@ifap.pt, ou correio registado IFAP,IP-R.Castilho n.º 45/51, 1269-164 Lisboa

**Contacto:** Paula Noronha-Telefone: 213716351

**Data Publicitação:** 2018-10-19

**Data Limite:** 2018-11-05

---

#### Texto Publicado

---

##### Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** Aviso: Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP). 1. Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por deliberação do conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., de 26 de setembro de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, na Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados, do Departamento de Sistemas de Informação, previsto no Mapa de Pessoal para 2018 do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., da categoria de especialista de informática Grau 1, Nível 1, da carreira não revista de informática. 2. Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo. 3. Local de Trabalho: nas Instalações do IFAP,I.P., na R. Fernando Curado Ribeiro, 4A, 1750-139 Lisboa. 4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal para 2018 do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP. 5. Descrição sumária das funções por categoria/carreira: Planeamento, análise, desenvolvimento, testes, apoio a produção e elaboração de documentação técnica. 6. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 7. Habilitações literárias exigidas: estar habilitado com curso superior no domínio da informática que não confira o grau de licenciatura. 8. Posição remuneratória: a da posição remuneratória da categoria de Especialista de Informática do grau 1, nível 1, escalão 1, índice 420 da carreira de Especialista de Informática a que corresponde a remuneração de € 1.441,78. 9. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: 9.1. Pode ser opositor ao presente procedimento concursal quem se encontre na situação referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e que exerça ou tenha exercido as funções

correspondentes ao posto de trabalho reconhecido pela Comissão Bipartida das áreas da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e do Mar (CAB MAFDR-MM) e homologado pelos membros do Governo competentes. 9.2. Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 9.3. Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 7 do presente aviso. 9.4. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 10. Forma e prazo de apresentação das candidaturas: 10.1. Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., [www.ifap.pt](http://www.ifap.pt); 10.2. Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio internet do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., [www.ifap.pt](http://www.ifap.pt), podendo ser enviados por via eletrónica para o endereço de e-mail [ifap@ifap.pt](mailto:ifap@ifap.pt), até às 24h00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas ou por correio registado com aviso de receção endereçado ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., sito na Rua Castilho, n.º 45/51, 1269-164 Lisboa, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido na alínea anterior. 10.3. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (ex: OE0000); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 10.4. Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos: a) Fotocópia do Certificado de Habilitações; b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado; d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos três anos, se aplicável. 10.5. Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos. 11. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 12. Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular. 12.1. A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso. 12.2. São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; 12.3. Classificação final (CF): a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, 12.4. A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. e na sua página eletrónica. 12.5. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 12.6. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 12.7. A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., após aplicação do método de seleção. 12.8. O procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 13. Composição e identificação do júri: Presidente: Pedro Filipe

Fernandes – Chefe de Unidade de Desenvolvimento e Aplicações e Dados, do Departamento de Sistemas de Informação; 1.º Vogal efetivo, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos: Vicente Diego Pestana Gonçalves – Coordenador do Núcleo 4, da Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados, do Departamento de Sistemas de Informação; 2º vogal efetivo: Esmeraldina Maria Jacob Novais – Coordenadora do Núcleo 2, da Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados, do Departamento de Sistemas de Informação; 1º vogal suplente Rosa Cristina Pereira Cunha Cabaço – Coordenadora do Núcleo 1, da Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados, do Departamento de Sistemas de Informação; 2º vogal suplente: Vera Alexandra Gonçalves Marques- Coordenadora do Núcleo 3, da Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados, do Departamento de Sistemas de Informação; 14. A lista de classificação, após homologação, é publicada na BEP, afixada em local público e visível das instalações do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 15. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página eletrónica do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.. Lisboa, 15 de outubro de 2018 – O Presidente do Conselho Diretivo, Pedro Ribeiro

#### Observações

---

---

---

---

---

---

---

---

#### Alteração de Júri

#### Resultados

**Resultados:** 2

**Data Início Publicitação Resultados:**

**Ficheiro Resultados:**

#### Questionário de Termina da Oferta

#### Admitidos

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total Com Auxílio da BEP:**

#### Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total Com Auxílio da BEP:		